

# RESENHA

## A POLÍCIA COMUNITÁRIA EM MATO GROSSO: TENSÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE

SILVA, Sebastião Carlos Rodrigues da. **A polícia comunitária em Mato Grosso: tensão entre estado e sociedade.** Campo Grande/MS: Live Editora, 2019.

*Sonia Cristina de Oliveira*<sup>1</sup>

*Clarindo Alves de Castro*<sup>2</sup>

### RESUMO

Esta resenha foi edificada a partir do resultado de uma pesquisa realizada durante o Mestrado em Sociologia na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em Cuiabá/MT. A pesquisa se tornou livro, foi publicada em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, pela Life Editora no ano de 2019. O autor, com muita perspicácia, elaborou a obra em sete capítulos, a saber: a trajetória da polícia militar no Brasil e em Mato Grosso; a polícia comunitária e sua chegada ao Brasil; o capital social e a polícia comunitária; metodologia empregada na pesquisa; o capital social, como civismo, da sociedade cuiabana; paradigma polícia comunitária e a base cívica da sociedade cuiabana e polícia comunitária ou policiamento de resoluções de problemas.

Palavras-chave: polícia, polícia comunitária, segurança pública, Capital social.

### ABSTRACT

This review was built from the result of a research carried out during the Master in Sociology at the Federal University of Mato Grosso (UFMT), in Cuiabá / MT. The research became a book, it was published in Campo Grande, Mato Grosso do Sul, by Life Editora in 2019. The author with great perspicacity prepared the work in seven chapters, namely: the trajectory of the military police in Brazil and in Mato Grosso; the community police and their arrival in Brazil; social capital and community police; methodology used in the research; the social capital, as civism, of the Cuiabana society; community police paradigm and the civic base of cuiabana society and community police or policing problem solving.

Keywords: police, community police, public security, social capital.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Mestre em Educação pela UFMT, área de concentração teorias e práticas pedagógicas da educação escolar (2006); graduada em Psicologia, pela Universidade Dom Bosco (UCDB), CG/MS (1992), Especialização em Psicopedagogia (1997), Especialização em Dinâmica de Grupo (2000); cursando Graduação em Pedagogia.

<sup>2</sup> Mestre em Educação (IE/ UFMT/2011/2013). Especialista *Latu Sensu* em Ciências Jurídicas pela Universidade Cruzeiro do Sul. São Paulo-SP (2015). Especialista em Administração com Ênfase em Inteligência de Segurança Pública pela FAECC - UFMT (2008). Especialista em Gestão Organizacional de Segurança Pública pela UNEMAT (2008). Especialista em Segurança Pública no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) pela Polícia Militar do Estado de Goiás (2001). Bacharel em Direito pela Universidade Cidade de São Paulo (2015). Graduado no Curso de Formação de Oficiais pela Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (1992). É docente da disciplina de Polícia Comunitária e Inteligência de Segurança Pública em cursos da DINT/MJSP, PMMT e SSP/MT. Curso Superior de Inteligência Estratégica (CSIE) na Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, do Ministério da Defesa (2010).

### Credenciais do autor<sup>3</sup>:

Sebastião Carlos Rodrigues da Silva é Mestre em Sociologia Pela UFMT. Possui Pós-graduação Lato Sensu em Gestão em segurança Pública pela UNEMAT. Pós-graduação Lato Sensu - em Políticas de Segurança Pública e Direitos Humanos pela UFMT. Pós-graduação Lato Sensu - em Política Estratégica e Desenvolvimento Regional aplicado à Segurança Pública pela APMCV. Bacharel em Segurança Pública no Curso Formação de Oficiais pela Academia de Polícia Militar de Mato Grosso - Costa Verde Atualmente é Tenente Coronel PM - Polícia Militar do Estado de Mato Grosso - PMMT. Coordenador Estadual de Polícia Comunitária da Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso. Tem experiência na área de Defesa, com ênfase em Segurança Pública.

Esta obra, escrita por Sebastião Carlos Rodrigues da Silva, é o resultado de uma pesquisa realizada durante o Mestrado em Sociologia na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em Cuiabá/MT. No entanto, quando se tornou livro foi publicada em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, pela Life Editora em 2019. É possível observar que o livro é composto por sete capítulos, a saber: a trajetória da polícia militar no Brasil e em Mato Grosso; a polícia comunitária e sua chegada ao Brasil; o capital social e a polícia comunitária; metodologia empregada na pesquisa; o capital social, como civismo, da sociedade cuiabana; paradigma polícia comunitária e a base cívica da sociedade cuiabana e polícia comunitária ou policiamento de resoluções de problemas.

Importa destacar que o autor da obra nasceu na cidade de Poxoréu, localizada no interior de Mato Grosso e, em seu prefácio já explica que se trata de uma “[...] terra que no passado ocupou lugares em destaque nacional pelas riquezas minerais de seu subsolo – o diamante”. Sebastião Carlos é tenente coronel da Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT), bacharel em segurança pública. Graduado em

---

<sup>3</sup> Disponível em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual>

Curso de Formação de Oficiais pela Academia de Polícia Militar de Mato Grosso - Costa Verde em 1998. Também é especialista em Gestão de Segurança Pública, Políticas de Segurança Pública, Direitos Humanos, Política Estratégica e Desenvolvimento Regional Aplicado à Segurança Pública, e mestre em Sociologia.

O tema principal levantado no livro gira em torno da Polícia Comunitária e a relação tensional entre Estado e sociedade. Para dialogar e chegar aos resultados postos, o autor se vale de uma pesquisa realizada entre os anos de 2017 e 2018, durante o período de seu mestrado, e para analisar o projeto de Polícia Comunitária em Cuiabá/MT. Concomitante organiza seu pensamento teórico com estudos e leituras profícuas em expoentes tais como: Michel Foucault, Michael Oakeshott, Bourdieu, Tocqueville, Robert Putnam, A. Trojanowicz, entre outros.

Já nos elementos pré-textuais do texto, o autor evidencia a profundidade do trabalho, a importância do tema, assim como a contribuição da pesquisa, e o faz, desde o início, quando anuncia questões basilares, como é o caso do papel da Polícia Militar, que é servir ao Estado e não a governos. Nesse sentido, uma das estratégias para tal é a elaboração, em conjunto com a sociedade, do projeto da Polícia Comunitária - (PC), considerando que essa instituição é para o povo.

Segundo Silva (2019), em Mato Grosso, “[...] o projeto PC foi idealizado por pessoas ligadas ao governo e que decidiram sozinhas, sem abrir espaços aos possíveis questionamentos e colaboração da sociedade”. Conforme anuncia na apresentação, a Polícia Comunitária fora implantada, de maneira equivocada uma vez que carente de participação social e centrada na visão dos poucos tomadores de decisão que desconsidera, inclusive, a base conceitual do projeto, transformando-o em mero mecanismo de controle social [...] que limitam a necessária modernização policial à aquisição de aparatos materiais e tecnológicos de controle.

Desse modo, o autor investiga regiões de Cuiabá-MT que tiveram o projeto de PC implantado, nos quais ele exerce a sua profissão de tenente coronel. A respeito dessa peculiaridade, é preciso admitir a forma competente que o autor lida com a tensão entre objeto e sujeito, na pesquisa de campo, no que se refere à participação e ao distanciamento necessário, uma vez que essa é uma questão complexa de lidar, considerando que o objeto de estudo possui valor afetivo. Este

fato demonstra reflexão crítica por parte do autor perante sua profissão, conforme relata no decorrer da obra, que o ingresso na carreira policial trouxe-me alguns desafios e inquietações quanto ao verdadeiro papel das polícias militares. Ao proceder dessa maneira, consegui abrir-se à escuta de seus sujeitos, mediar o diálogo entre o que disse o objeto e a teoria, por meio de um distanciamento crítico.

O autor ainda organiza seu raciocínio e referencial teórico com fluência e certa leveza para o que leitor se debruce sobre a obra, já que ele delinea sucintamente a trajetória da Polícia Militar no Brasil e em Mato Grosso. Principia pelo resgate do termo polícia e assume que o trabalho fez escolha pelo politeia, cujo significado diz respeito à cidade, comunidade organizada politicamente. De acordo com as palavras do autor (SILVA, 2019, p.) “[...] no sentido de cidade que há pessoas que vivem com determinados comportamentos e de determinados modos. [...] homens nascidos no solo da cidade, livres, iguais e com comportamentos.” Na sequência, ele sinaliza

“[...] que o surgimento das polícias é tardio na história humana, e não existe consenso quanto à origem das polícias no mundo, e no Brasil, a controvérsia e indecisão também presente quando se busca definir a origem das polícias brasileiras. Em 1835, por um decreto imperial foram criadas a maioria das polícias brasileiras, dentre elas a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso - PMMT.”

O autor pontua também que a PC surgiu na Europa como proposta de substituir o modelo de atuação policial, impulsionada pelos ideais da Revolução Francesa que exigiam, à época, mudanças na relação Estado-sociedade. Na Inglaterra, criou-se o policiamento comunitário, como experiência de atuação policial alternativa. Outros países como Estados Unidos, Canadá, Japão também tem suas experiências, buscaram alternativas, tentando fugir da concepção de polícia como um modelo burocrático institucional.

Em Mato Grosso, historicamente, a Polícia Militar (PMMT) esteve sempre ao lado dos governos que se revezavam no poder, mantendo distanciamento da população e das massas. Sendo difícil encontrar conexão com a proposta de PC, porque não tinha proximidade e relacionamento com a comunidade, logo, a PC

ganha espaço para promover visibilidade com o advento da Constituição Cidadã, de 1988, que promoveu não só a redemocratização do país, como também a abertura política e participação democrática, firmando-se como Estado Democrático de Direito.

Na sequência, o autor analisa a atuação das polícias, com base na redução do distanciamento entre instituição policial e a sociedade. Para tal intento, traz à luz que a instituição policial tem ao longo de sua história semelhança com as definições weberianas sobre burocracia e modelo de organização administrativa. Logo, esse modelo militar rígido, de administração burocrática, cede espaço a outros, quando, por exemplo, se depara com o paradigma da PC que necessita de participação efetiva da sociedade, exigindo gestão democrática. Ademais, o autor dialoga com os expoentes que discutem capital social da sociedade, capital social coletivo defendido por Coleman, Tocqueville e Robert Putnam, expoentes centrais da pesquisa.

Ainda falando de PC, afirma que este tipo de projeto deve ser bidirecional, natural, sem imposições e surgir do seio da sociedade, em outras palavras, as pré-condições de um projeto de PC não devem surgir por meio de medidas impositivas verticais, nem por meio de regramentos criados para disciplinar ações e comportamentos de quem esteja envolvido. Ou seja, tal projeto deve emergir naturalmente, considerando fatores que convirjam para o capital social, assim como contemplem os interesses coletivos. O capital social como associativismo e de cultura cívica torna-se fundamental à implantação e continuidade da polícia comunitária.

Na obra, o autor ainda busca aprofundar-se nas questões que envolvem a relação entre a instituição policial e a sociedade, considerando uma tensão constante existente, a qual a polícia tenta minimizar, porém os interesses do Estado estão muito presentes neste embate. Se por um lado a polícia tenta exercer seu papel de proteger a sociedade, por outro lado, a sociedade sente-se vigiada e cerceada, o que causa distanciamento e relacionamento hostil com a comunidade. Historicamente, esse conflito tem seus fundamentos no modelo de polícia que ainda persiste em nosso meio, vinculado ao controle externo, ao controle social, com pouca abertura para uma gestão democrática.

Essa vigilância policial que permite à instituição e ao Estado desempenharem certo controle da sociedade quanto ao cumprimento das leis e sua aplicação em caso de desrespeito de acordo com Foucault chama-se de vigilância panóptica. Logo, esse termo, aliado à sociedade disciplinar são trazidos para o cerne do modelo de atuação policial tradicional, sendo muito assertivos para a discussão levantada por Silva (2019).

Como proposta a outras formas de servir a sociedade a pesquisa de Silva (2019) sugere migrar a uma nova concepção de atuação e estruturação e, assim, diminuir essa tensão existente entre os dois lados, de modo que promova diálogos e interlocuções entre polícia e cidadão que é a proposta da PC.

O autor discorre ainda sobre o processo histórico da PC e enfoca, na experiência inglesa idealizada por Robert Peel e na experiência estadunidense contada por Trojanowicz e Bouqueroux (1999), evidenciando que ambas servem de parâmetro ao projeto implantado no Brasil. Ademais, aponta que o Policiamento comunitário ganha destaque e notoriedade em alguns países da Europa, no Japão, nos Estados Unidos e em outros. E a PC, que se desenvolve no Brasil e em outras democracias surgiu na década de 1990; já nos Estados Unidos, no Canadá e outros países democráticos, nas décadas de 1970 e 1980. Após essa contextualização histórica, o autor disserta sobre o surgimento desse órgão em Mato Grosso, em especial Cuiabá/MT, seu foco da pesquisa.

Ele aponta que em Mato Grosso, embora a PM tenha se baseado na experiência estadunidense de Trojanowicz (1999) e inglesa idealizada por Robert Peel, atualmente se alicerça no modelo de segurança japonês. A PC em MT foi uma proposta que atendeu aos propósitos de governos e não de Estado, foi impositivo, quando deveria partir das demandas sociais, porque a PC para ser fiel aos seus objetivos e filosofia precisa da interação, diálogo e relacionamento com a sociedade. Entretanto, primeiro se alvitrou o projeto e depois foi anunciado à sociedade.

Ao suscitar essa problemática, a obra caminha para a discussão entre, capital social e a polícia comunitária, para tanto baseia-se na compreensão de Putnam (2000) quando de sua experiência na Itália, recorrendo ao saber de Coleman (1990), Tocqueville (2014) quanto à mensuração do capital social, como também a Recuero (2009) que estuda dois níveis de capital social e outros expoentes. Traz um

contraponto entre capital social em Bourdieu e Putnam, enquanto para o segundo são recursos adquiridos pelo grupo, focando no coletivo; já para Bourdieu é fruto das relações sociais, de caráter individual. Todo esse aprofundamento do autor resulta em perceber o capital social como civismo da sociedade cuiabana.

Vale salientar que a pesquisa teve como problema o grau de adequação entre os pré-requisitos do modelo de PC implantado em Cuiabá e o grau de civismo da população, ou seja, se existe na sociedade cuiabana as pré-condições necessárias para a implantação do projeto. Teve como hipótese de que na base da sociedade cuiabana não há o pré-requisito cívico para que a efetividade do projeto de PC seja alcançada. Segundo o pesquisador, em momento algum foi verificado se a sociedade cuiabana reunia essas condições de participar efetivamente do projeto. Acreditou-se que a simples importação da ideia ou encaminhar profissionais aos países que tem o projeto consolidado bastar-se-ia para o sucesso da implantação.

A pesquisa revelou que a sociedade cuiabana não reúne essa condição de participação efetiva ao projeto e que não há base cívica suficiente para essa implantação, bem como o cidadão pouco conhece acerca da PC e tampouco participou e participa das discussões em torno do tema.

A pesquisa traz em seus resultados que a implantação do projeto de PC em Cuiabá ocorreu de maneira verticalizada imposta pelo Estado, sem a participação efetiva da sociedade. Os dados inferem que o conceito de PC caminha em sentido contrário ao seu paradigma. Logo, desde a implantação, tem sido confundido com o modelo de atuação policial cunhado no policiamento tradicional, de vigilância panóptica do Estado aos cidadãos, que simboliza a relação tensional entre Estado e sociedade. Nesse sentido, o projeto não se consolida e encontra dificuldades, o estudo atribui ao fato de não haver base cívica suficiente na sociedade cuiabana para realizar tal ação, porque quando a sociedade não participa vê o projeto como um conceito de possibilidade de segurança predatória e não como uma ferramenta de interação comunitária, e isso trava o capital social, sobretudo como civismo e associativismo, que se tornam insuficientes para oferecer terreno fértil ao projeto. Portanto, a pesquisa deixa evidente que sociedade cuiabana não tem os pré-requisitos necessários à implantação, consolidação e progresso do projeto de PC.

O projeto está mais voltado para um modelo que colocou a instituição policial mais disponível ao cidadão e mais próximo à sociedade, mas, longe da proposta de diálogo e interação entre as partes, e sobretudo, em consonância com a sua teoria e definição, por não haver na sociedade cuiabana os pré-requisitos necessários, insuficiência de acúmulo de capital social. A obra conclui que o projeto de PC em Cuiabá, pelas razões de sua implantação e pela atual situação que se encontra hoje, se apresenta mais como um mecanismo estatal de resolução de problemas locais a serviço do cidadão, uma estrutura descentralizada, mais próxima da comunidade, capaz de oferecer um atendimento mais rápido, mas não deixou de priorizar a atuação pelo modelo tradicional, tornando-se uma polícia de resolução de problemas.

A pesquisa que resultou nesta obra traz à tona um tema atual e complexo, no âmbito da Segurança Pública, que é de responsabilidade de todos. Propicia um legado sobre policiamento ostensivo que precisa ir além do olhar de panóptico, repressivo e reativo. É necessário refletir sobre o que faz parte da essência da formação do policial, de que ela é para o povo e precisa identificar-se com a população, construir relacionamento de respeito, diálogo e interação com a comunidade, para que possa efetivarem as orientações e ações. Em outros termos, a PC exige que o policial possa pensar em outras bases sua profissão, visão de mundo e papel na sociedade, criar uma cultura de prevenção, em respeito ao seu próximo, uma vez que a polícia existe para lidar com o cidadão, e isso vai muito além de prender e algemar pessoas.

A obra enlaça o universo da Segurança Pública, mas apostamos na ideia de que interessa a todos os acadêmicos e cidadãos, tendo em vista que a proposta de PC vem ao encontro do exercício da democracia. Exige participação, interação, diálogo e tantas outros quesitos de conexão com a comunidade na construção de propostas e projetos que devem atender ao princípio dialógico e não ser vertical e imposto. Nessa fluidez e diálogo será evidente a mensagem de que a PC não surgiu como uma bula de remédio para todos os males e problemas envoltos à questão de segurança pública, mas que isso é uma construção, uma forma de pensar e agir, com olhares nos patamares de uma constituição cidadã.